

1º SEMESTRE DE 2024

CÓDIGO: MNA838 - ANTROPOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE CONSERVAÇÃO CULTURAL

DISCIPLINA: Formas da restituição: cultura, direito, reparação

PROFESSOR: Edmundo Pereira

TIPO: Livre

Nº DE CRÉDITOS: 03 (três), 45 horas aula, 15 sessões

INÍCIO DO CURSO: 13/03/2024

DIA/HORÁRIO: Quartas-feiras, das 9h às 12h

SALA: [a ser definido pela Secretaria/Coordenação]

Ementa:

“De fato, sabemos que o direito restitutivo não para de aumentar: ora, na grande maioria dos casos, ou ele fixa para o cidadão o objetivo que deve perseguir ou interfere nos meios que esse cidadão emprega para alcançar o objetivo de sua escolha” (Durkhéim, 2016 [1893]:p.192).

“Desvios que se tornaram previsíveis estão à caminho de se tornarem novas rotas, que, por sua vez, irão inspirar novos desvios ou retornos a rotas antigas” (Appadurai, 2008 [1986]:p.46).

Após a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a demanda pela *restituição de objetos culturais*, tanto do ponto de vista dos dilemas europeus do pós-guerras mundiais, quanto dos efeitos dos processos pós-coloniais na demanda por justiça reparativa. O problema se organiza, sobretudo, na administração de espólios e esbulhos de bens variados obtidos em situações de roubo, guerra e conquista (Merryman, 2006; Laarmann et al, 2023; Herman, 2021). Neste cenário, alguns *casos* se notabilizaram (como os *Mármoreos do Partenon*, os *Bronzes do Benin* e *remanescentes humanos indígenas norte-americanos*), constituindo ao seu redor campos argumentativos, dispositivos jurídico-patrimoniais, e politizações dramáticas da cultura e da memória.

O problema da *restituição* aparece, na Antropologia, pelo menos desde o final do século XIX, notadamente no campo etnográfico-analítico dedicado aos *contratos* e às *trocas* e seu conjunto de instruções, obrigações e sanções. É entendido como decorrendo da quebra da *solidariedade*, da *cooperação*, da *reciprocidade*, em geral em regimes de ordem patrimonial, por isso implicando no *direito restitutivo*. Também pode ser lido, do ponto de vista do ordenamento dos bens em circulação, como um *desvio de rota*, parte de estratégias individuais e institucionalizadas que os removem ou protegem de contextos negociados de transação. Neste quadro analítico, ainda que constituindo um sistema não muito definido, a *restituição* poderia articular distintos direitos e princípios, do doméstico e comercial, ao administrativo e constitucional.

Se tomarmos, por exemplo, as formas e técnicas jurídicas que instruem disputas e reivindicações pela *propriedade* e o *patrimônio culturais*, precisamos recuar para a segunda metade do século XIX para encontrar a figura da *restituição* se definindo, associada, como sanção, ao problema do *enriquecimento ilícito*. Este pede *remédio restitucionário*: restaurar o que foi perdido, seja pelo *valor* da coisa, seja a *coisa mesma*, seja um *substituto*. No limite, desfazer obrigações que regiam o contrato e restabelecer o sentido original da *propriedade*. É esta a figura por onde se organiza, no Direito Internacional das últimas décadas, o problema da *restituição* de *objetos culturais*, no caso objetivada como *cultural* ou *patrimonial*, e referida a coletividades. *A quem pertence um objeto cultural?* é questão motora recorrente, que guarda algumas das formas jurídicas que se constituíram ao longo do século XX para dar conta dos dilemas socioculturais e históricos envolvidos no reconhecimento de uma *injustiça* que implica em uma *reparação* nos campos da *cultura* e do *patrimônio*. Do ponto de vista das Convenções Internacionais, objetiva-se no debate ao redor do reconhecimento e tipificação da *proteção de tesouros culturais*, do combate ao *tráfico ilícito*, e do *retorno* de bens adquiridos por *roubo*, *escavação* e *exportação ilegais*.

Mas para além das arenas marcadas pelo jurismo, a diplomacia, e a política internacional, o tema da *restituição* pode adquirir variadas configurações dialogando com questões patrimoniais, ambientais e territoriais, em um horizonte amplo de justiça restaurativa. Diante desse cenário complexo, o curso objetiva fazer uma prospecção ao tema, em caráter introdutório. Após uma apresentação geral, enfatizando alguns dos problemas antropológicos em que encontramos o fenômeno da *restituição*, apresentam-se algumas das definições em debate, com foco nos processos de *retorno* (ou não) de

objetos culturais. Em seguida, se debruça sobre algumas formas e dispositivos jurídicos que tem objetivado o tema, incidindo sobre os debates em curso e sendo afetados por estes. Por fim, em exame comparativo, reúne-se um conjunto de casos, entre *bens culturais-patrimoniais* e *remanescentes humanos*, antes de fechar com algumas das posições e contra-argumentações de diretores, curadores e pesquisadores de museus, centros de investigação e universidades.

Sessões:

1. Introdução: sanções restitutivas, união pessoa-coisa, desvios de rota.

DURKHEIM, Émile. 2016 [1893]. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Edipro, 2016: pp. 75-126 (Caps. 2 e 3).

MAUSS, Marcel. 2003 [1925]. “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, pp.183-314.

APPADURAI, Arjun. 2008 [1986]. “Introdução: mercadorias e a política do valor”. In: Appadurai (Org). *A vida social das coisas: as mercadorias sob perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, pp.15-88.

FOUCAULT, Michel. 2003 [1973]. “Conferência 3”. In: *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/RJ e NAU Editora, pp. 53-78.

2-4. Restituição-Repatriamento-Retorno: introduções.

2:

MERRYMAN, John Henry. 2006. “Introduction”. In: Merryman, J. H. (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-36.

PROTT, Lyndel. 2009. “The History and Development of Process for Recovery of Cultural Heritage”. In: Prott, L. (Ed.). *Witnesses to History. A Compendium of Documents and Writings on the Return of Cultural Objects*. Paris: UNESCO, pp. 2-18.

MIHESUAH, Devon. 2000. “Introduction”. In: Mihesua, D. (Ed.). *Repatriation Reader. Who owns American Indian remains?* Nebraska: University of Nebraska, pp. 1-18.

BORIES, Clémentine & BOUGLE-LE ROUX, Claire & CHARLIER, Philippe & CLÉMENT-FONTAINE, Mélaïne. 2021. “Introduction”. In: Bories et al. (Ed.). *Les restitutions des collections muséales. Aspects politiques et juridiques*. Paris: Mare & Martin, pp. 17-27.

3:

ZOLKOS, Magdalena. 2020. “Introduction: imagining restitution”. In: *Restitution and the politics of repair. Tropes, imaginaries, theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, pp. 1-21.

LAARMANN, Mario & FONGANG, Clément Ndé & SEEMANN, Carla & VORDERMAYER, Laura. 2023. “Reparation, restitution, and the politics of memory”. In: LAARMANN, M. et al. (Ed.). *Reparation, restitution, and the politics of memory*. Alemanha: De Gruyter.

SCHURMANS, Marie-Noelle & DAYER, Caroline & CHARMILLOT, Maryvonne. 2014. “Prologue”. In: DAYER, C. & SCHURMANS, M. & Charmillot, M. (Ed.). *La restitution des savoirs? Un impensé des sciences sociales?* Paris: L’Harmattan, pp.10-16.

4:

TAPSELL, Paul. 2012. “Partnership in Museums. A tribal maori response to repatriation”. In: Carbonell, B. (Ed.) *Museum Studies. An anthology of contexts*. Oxford: Willey-Blackwell, pp.575-579.

PICKERING, Michael. 2011. “‘Dance through the minefield’. The development of practical ethics for repatriation”. In: Marstine, J. (Ed.). *The Routledge Companion to Museum Ethics*. London and New York, Routledge, pp. 256-274.

NASON, James. 1997. “Beyond Repatriation: cultural policy and practice for the twenty-first century”. In: ZIFF, B. & RAO, P. (Eds.). *Borrowed Power. Essays on Cultural Appropriation*. USA: Rutgers, pp.291-312.

5-7. Formas e técnicas jurídicas em debate:

5:

COLOMAR, Charles. 2022. “Préface”, “Introduction”, “Conclusion générale”. In: *La restitution des biens culturels aux États étrangers*. Paris: L’Harmattan, pp. 9-12, 15-27, 141-144.

TASDELEN, Alper. 2016. “Introduction: Cultural Property vs. Cultural Heritage”. In: *The Return of Cultural Artefacts. Hard and Soft Law Approaches*. Hannover: Springer, pp.1-7.

STAMATOUDI, Irini. 2001. “Introduction”, Caps. 1 e 2. In: *Cultural Property Law and Restitution. A commentary to International Conventions and European Union Law*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 1-111.

6:

BELL, Catherine. 2009. “Restructuring the relationship: domestic repatriation and Canadian Law reform”. In: Bell, C. & Paterson, R. (Ed.). *Protection of First Cultural Heritage. Laws, Policy and Reform*. Vancouver: UBC Press, pp. 15-77.

BIENKOWSKI, Piotr. 2016. “Authority and the Power of Place: Exploring the legitimacy of Authorized and Alternative Voices in the Restitution Discourse”. In: Tythacott, L. & Arvanitis, K. (Ed.). *Museums and restitution: New practices, new approaches*. London: Routledge, pp. 37-52.

7:

NÉGRI, Vincent. 2021. “Restituer le patrimoine culturel African aux peuples Africains: apories d’un débat juridique”. In: Bories et al. (Ed.). *Les restitutions des collections muséales. Aspects politiques et juridiques*. Paris: Mare & Martin, pp. 71-83.

BORIES, Clémentine. 2021. “Quels droits des États sur quelles pièces des collections muséales? Les éléments de réponse épars du droit international”. In: Bories et al. (Ed.). *Les restitutions des collections muséales. Aspects politiques et juridiques*. Paris: Mare & Martin, pp. 153-184.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2010. *Legislação sobre Patrimônio Cultural*. Brasília: Edições Câmara, pp. 59-96, 233-234, 261-262.

8. Estudos de caso 1: Saques nazistas de obras de arte.

MARCK, Annemaria & MULLER, Elke. 2014. “National panels advising on Nazi-Looted art in Austria, the United Kingdom, the Netherlands and Germany”. In: Campfens, E. (Ed.). *Fair and just solutions? Alternatives to Litigation in Nazi-Looted art disputes: status quo and new developments*. The Netherlands: Eleven International Publishing, pp.41-89.

HUYSSSEN, Andreas & RABINBACH, Anson & SHALEM, Avinoam. 2017. “Nazi-looted art and its legacies: Introduction”. *New German Critique*, 44 (1), pp. 1-7.

GAUDENZI, Bianca & NIEMEYER, Lisa. 2021. “Between material culture and “living room art”: historicizing the restitution of fascist-looted art”. *Cultural Property*, 28 (3), pp. 333-341.

ZYGMUNT, Katarzyna. 2020. “The Klimt row: Analysis of property restitution laws based on the Austrian Klimt Bloch-Bauer case”. *International Cultural Heritage Law*, 18 (1-2), pp.58-72.

9. Estudos de caso 2: Mármore do Parthenon e Busto de Nefertiti.

St CLAIR, William. 2016. “Imperial appropriation of the Parthenon”. In: Merryman, J. H. (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.65-97.

FOUSEKI, Kalliopi. 2016. “Claiming the *Parthenon Marbles* of Whom? In: Tythacott, L. & Arvanitis, K. (Ed.). *Museums and restitution: New practices, new approaches*. London: Routledge, pp. 164-178.

SIEHR, Kurt. 2016. “The beautiful one has come – to return: the return of the bust of Nefertiti from Berlin do Cairo”. In: Merryman, J. H. (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.114-134.

URICE, Stephen. 2016. “The beautiful one has come – to stay”. In: Merryman, J. H. (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 135-192.

10. Estudos de caso 3: Bronzes do Benin.

PLANKENSTEINER, Barbara. 2017. “The Benin treasures: difficult legacy and contested heritage”. In: HAUSER-SCHÄUBLIN, Brigitta & PROTT, Lyndel (Eds.)

Cultural Property and Contested ownership. The trafficking of artifacts and the quest for restitution. USA: Routledge, UNESCO.

KIWARA-WILSON, Salome. 2016. “Restituting Colonial Plunder: The Case for the Benin Bronzes and Ivories”. *Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law*, 23 (2), pp. 375-425.

BEURDEN, Jos Van. 2021. “Benin dialogue group: a model for an European approach?”. In: *Inconvenient Heritage. Colonial collections and restitution in the Netherlands and Belgium.* Amsterdam University Press, pp. 161-176.

11. Estudos de caso 4: Remanescentes humanos de indígenas norte-americanos.

MIHESUAH, Devon. 2000. “American Indians, anthropologists, pothunters and repatriation: ethical, religious and political differences”. In: Mihesuah, D. (Ed.). *Repatriation Reader. Who owns American indians remains?* USA: University of Nebraska Press, pp.95-105.

NICHOLS, D. & KLESERT, A. & ANYON, R. 1989. “Ancestral sites, shrines and graves: native American perspectives on the ethics of collecting cultural properties”. In: MESSENGER, P. (Ed.). *The Ethics of collecting cultural property.* Albuquerque: University of New Mexico Press.

TROPE, Jack & ECHO-HAWK, Walter. 2001. “The Native American Graves Protection and Repatriation Act. Background and Legislative History”. In: Bray, T. (Ed.) *The Future of the Past. Archaeologists, Native Americans and Repatriation.* New York & London: Routledge, pp.9-34.

12. Estudos de caso 5: Remanescentes humanos.

BREDEKAMP, Jatti. 2006. “The politics of Human Remains: the case of Sarah Bartmann”. In: Lohman, Jack & Goodnow, Katherine. *Human Remains and Museum Practice.* London, UNESCO, 2006.

FRÜNDDT, Sarah. 2017. “Return logistics. Repatriation business. Managing the return of ancestral remains to New Zealand”. In: HAUSER-SCHÄUBLIN, Brigitta & PROTT, Lyndel (Eds.) *Cultural Property and Contested ownership. The trafficking of artifacts and the quest for restitution.* USA: Routledge, UNESCO.

RUBENSTEIN, Steven. 2009. “Crossing boundaries with Shrunken Heads”. In: Fine-Dare, K. & Rubenstein, S. (Eds.). *Border Crossing. Transnational americanist anthropology*. Nebraska: University of Nebraska Press.

13. Estudos de caso 6: Restituição da-na pesquisa.

CLIFFORD, James. 2016. “Museus como zonas de contato”. *Periódicos permanentes*, 6, pp.1-37.

FOUCART, Jean. 2014. “La restitution des savoirs dans la recherche sociologique. Une problematisation à partir du concept de transaction”. In: DAYER, C. & SCHURMANS, M. & Charmillot, M. (Ed.). *La restitution des savoirs? Un impensé des sciences sociales?* Paris: L’Harmattan, pp., pp. 67-77.

FAGETTI, Valentina Glockner. 2022. “Restitution and the Anthropology of Childhood: an Ethical and political practice. In: RAZY, Éloïde & SUREMAN, Charles-Édouard & SOLIS, Neyda. (Ed.). *La Restitution Ethnographique à L’Epreuve des Enfants*. Liège: Presses universitaires de Liège, El Colegio. <https://books.openedition.org/pulg/10605?lang=en>

FERREIRA, Jaqueline. 2015. “Restituição dos dados na pesquisa etnográfica em saúde: questões para o debate a partir de experiências de pesquisas no Brasil e França”. *Ciênc. saúde coletiva*, 20 (9), pp. 2641-2648.

14-15. Contra-argumentação científico-museal: colaboração, participação, devolução, ética.

Declaration of the Importance and Value of Universal Museum. 2006 [2003]. In: Merryman, J. H. (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 34-36.

CUNO, James. 2006. “View from the Universal Museum”. In: Merryman, J. H. (Ed.). *Imperialism, Art and Restitution*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 15-36.

BRAY, Tamara. 2001. “American archaeologist and Native Americans: a relationship under construction”. In: Bray, T. (Ed.) *The Future of the Past. Archaeologists, Native Americans and Repatriation*. NY: Routledge.

BAKER, Brenda et al. 2001. “Repatriation and the Study of Human Remains”. In: Bray, T. (Ed.) *The Future of the Past. Archaeologists, Native Americans and Repatriation*. NY: Routledge, 2001.

GOODNOW, Katherine. 2006. “Why and when do human remains matter: museum dilemmas”. In: Lohman, Jack & Goodnow, Katherine. *Human Remains and Museum Practice*. London, UNESCO.

GOODNOW, Katherine. 2006. “Bodies: taking account of viewers perspectives”. In: Lohman, Jack & Goodnow, Katherine. *Human Remains and Museum Practice*. London, UNESCO.

MAAS, Demelza van der. 2014. “Debating the Restitution of Human Remains from Dutch Museum Collections: the case of the skulls from Urk”. In: Tythacott, L. & Arvanitis, K. (Eds.) *Museums and Restitution. New practices, new approaches*. USA: Ashgate Publishing Limited.

Bibliografia complementar:

APPIAH, Kwame. 2006. “Whose Culture is it?”. *New York Review*, 09/02/2006.

BLAKEY, Michael. 2009. “Theory: An Ethical Epistemology of Publicly Engaged Biocultural Research”. In: Blakey, M & Rankin-Hill, Lesley (Eds.) *The Skeletal Biology of New York African Burial Ground*. Washington: Howard University Press.

EREMITES, Jorge Eremites. 2010. “O repatriamento de bens arqueológicos a sociedades indígenas”. *Arqueologia em Debate*, 2, pp.6-7.

FABIAN, Ann. 2010. *The Skull collectors; Race, science and america's unburied dead*. USA: University of Chicago Press.

GIESEN, Myra (Ed). 2013. *Curating Human Remains. Caring for the Dead in the United Kingdom*. UK: The Boydell Press, 2013.

HACKBART, Patricia. 2015. *Repatriamento e afirmação político-identitária de comunidades indígenas em Aripuanã/MT*. Dissertação de Mestrado. PPGARQ/MAE.

HERMAN, Alexander. 2021. *Restitution. The return of cultural artefacts*. London: Lund Humphries.

JENKINS, Tiffany. 2011. *Contesting Human Remains in Museum Collections. The crisis of Cultural Authority*. NY: Routledge.

KUUTMA, Kristin. 2009. “Who owns our songs? Authority of Heritage and Resources for Restitution”. *Journal of European Ethnology*, 39 (2), pp.26-40.

LESSA, Andrea. 2017. “Do pó viemos e ao pó retornaremos: pontuando reflexões sobre conservação de remanescentes esqueléticos arqueológicos humanos”. In: Campos, Guadalupe (org.) *Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso*. RJ: Museu de Astronomia e Ciências Afins.

LIMA Filho, Manuel. 2023. “A restituição de objetos e coleções aos povos indígenas brasileiros”. *Anuário antropológico*, 48 (3), pp.219-227.

LUCAS, Maria Luisa. 2020. “Digitization, return, and circulation of sound recordings among the Bora in the Colombian Amazon”. *Journal de la Société des américanistes*, 100 (2), pp. 151-176.

MACDONALD, Helen. 2006. *Human Remains. Dissection and its Histories*. Australia: Melbourne University Press.

MARTINI, André. 2012. “O retorno dos mortos: apontamentos sobre a repatriação de ornamentos de dança (*basábusá*) do Museu do Índio, em Manaus, para o rio Negro”. *Revista de Antropologia*, 55(1), pp. 331-355.

MBEMBE, Achille. 2018. “À propos de la restitution des artefacts africains conserve des les musées d’Occident”, *Analyse Opinion Critique (AOC)*, 2018.

MELO, Jorge Henrique Teotonio de Lima. 2010. *Kàjrê: A vida social de uma machadinha krahô*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MOREIRA, Elaine et al. (Orgs.) 2004. *Anais do Seminário Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual: proteção dos conhecimentos e das expressões culturais tradicionais*. Belém: CESUPA/MPEG.

PEREIRA, Edmundo. 2020. “Dos reyes neozelandeses: Notas sobre obtitificación museográfica, restos humanos y formación del império (Brasil-mares del sur, siglo diecinueve). *Latin American Antiquity*, 31 (2), pp. 360-374.

RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. 2017. “Preservação de Remanescentes biológicos humanos de proveniência arqueológica: mais algumas questões”. In: Campos, Guadalupe (org.) *Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso*. RJ: Museu de Astronomia e Ciências Afins.

ROEHRENBECK, Carol. 2010. “Repatriation of Cultural Property – Who owns the past? An introduction to approaches and to selected statutory instruments”. *International Journal of Legal Information*, 38 (2), pp. 185-200.

SANTOS, Ricardo Ventura. 2002. “Indigenous Peoples, Postcolonial Contexts and Genomic Research in the Late 20th Century”. *Critique Anthropology*, 22(1), pp.81-104.

SOUZA, Sheila Mendonça de & RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. 2013. “Ossos no chão: para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 8(3), pp. 551-566.

THOMAS, David Hurst. 2000. *Skull wars. Kennewick man, archaeology and the battle for native identity*. USA: Basic Books.

VINE DELORIA Jr. “Foreword”. 2000. In: Thomas, D. H. *Skull wars. Kennewick man, archaeology and the battle for native identity*. USA: Basic Books.
